

XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013)
GT 10: Informação e Memória

Pôster

**MEMÓRIA, LUGARES E DOCUMENTOS: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
MEMÓRIA “PADRE ANTÃO JORGE – CSSR” DO SANTUÁRIO NACIONAL DE
APARECIDA**

Bruna Gisele Motta – UNESP/MARÍLIA
Maria Leandra Bizello – UNESP/MARÍLIA

Resumo

A memória é um fenômeno construído, que oferece à sociedade um senso de identidade e a documentação referente a essa memória é uma forma de institucionalizar a história. O objetivo da presente pesquisa é compreender como o Centro de Documentação e Memória do Santuário Nacional de Aparecida pode contribuir para o conhecimento da memória que, quando cristalizada em documentos institucionalizados, pode ser a principal fonte de informação para a história do Santuário e de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. No decorrer do trabalho, através do levantamento bibliográfico definimos os conceitos de: Memória; Patrimônio; História. Realizamos uma sucinta apresentação do Santuário Nacional de Aparecida e do Centro de Documentação e Memória. E, ainda realizamos a coleta de dados através do site do Santuário Nacional de Aparecida. A análise dos dados foi realizada com base no levantamento bibliográfico. O universo de pesquisa foi constituído pelo Centro de Documentação e Memória “Pe. Antônio Jorge – CSSR”. Partimos da hipótese de que as instituições, lugares, documentos e ícones oferecem uma identidade histórica e cultural, orientam os rituais e contribuem para a formação da memória, ou seja, para a construção do imaginário religioso.

Palavras-chave: Memória. Documento. Santuário Nacional de Aparecida.

Abstract

Memory is a built phenomenon, that offers society some sense of identity and the documentation that refers to this memory is a way of institutionalizing history. The goal of the present research is to comprehend how the Center of Documentation and Memory from Santuário Nacional de Aparecida may contribute for the knowledge of the memory that when crystallized in institutionalized documents can be the main source of information for the history of the Sanctuary and of Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Along this research, through bibliographical investigation, we defined the concepts of: Memory; Patrimony; History. We accomplished a short presentation of Santuário Nacional de Aparecida and of the Centro de Documentação e Memória. And We still accomplished the collect of data through the site of Santuário Nacional de Aparecida. The analysis of the data was completed based on the bibliographical survey. The universe of research was constituted by the Center of Documentation and Memory “Padre Antônio Jorge – CSSR”. We started upon the hypothesis that the institutions, places, documents and icons offer a historical and cultural identity, guide the rituals and contribute for the formation of memory, i.e., for the construction of the religious imaginary.

Keywords: Memory. Document. Santuário Nacional de Aparecida.

1 MEMÓRIA E DOCUMENTOS

Memória pode ser definida de acordo com Halbwachs (apud POLLAK, 1992, p. 201) como “[...] um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”, ou seja, trata-se de um fenômeno coletivo e social.

Pollak (1989, p. 9) aponta que as duas funções essenciais da memória são “Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum [...] Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência.”

Levando em conta as transformações e os progressos, a memória refere-se a dois tipos de materiais: os *documentos*¹ e os *monumentos*². O que sobrevive é a relevância que o acontecimento alcançou, tendo em vista o tempo e a sociedade e, ainda, os esforços dos que se dedicam a estudar e/ou entender o passado.

A memória é construída por diferentes pontos de referência, como: os acontecimentos³; pessoas e/ou personagens⁴; e os lugares. Pollak (1992, p. 201) menciona que “Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico.” Ou seja, estabelecer lugares da memória para que os fatos não sejam esquecidos, e assim permanecerem na história.

Pode-se entender que os lugares são “[...] uma tentativa de encontrar uma metodologia para apreender, nos vestígios da memória, aquilo que pode relacioná-los, principalmente, mas não exclusivamente, com a memória política.” (POLLAK, 1992, p. 200). Os lugares de memória seriam formas de trazer questionamentos sobre a memória ali representada.

Como lugares da memória, podemos considerar os patrimônios, os arquivos⁵ e os documentos. Conforme Paoli (1992, p. 25), os patrimônios históricos deveriam ser entendidos como um passado vivo, pois tratam-se de “[...] acontecimentos e coisas que merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas em sua diversidade.” Mas, às vezes, são

¹ “Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 73).

² “[...] é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos.” (LE GOFF, 1994, p. 535).

³ Vividos individual ou coletivamente, podem ser acontecimentos que a pessoa participou, ou, que a pessoa não participou, porém atribuiu relevância ao fato.

⁴ Podem ser encontradas no decorrer da vida, incorporadas (por contato ou por proximidade), ou que pertencem a outras épocas.

⁵ “**Arquivo: 1** Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. **2** Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos. **3** Instalações onde funcionam arquivos. **4** Móvel destinado à guarda de documentos.” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 27).

vistos como algo antigo, ou seja, um processo acabado e fechado. Os patrimônios são considerados formas de simbolizar e preservar o passado dos povos.

Ao longo do tempo, os arquivos são reconhecidos como lugares de memória e considerados patrimônio, ou seja, passam a serem vistos como fontes de informação, que segundo Ribeiro (2002, p. 19): “[...] o interesse pelos arquivos como repositórios de informação, ou seja, como detentores da memória de entidades coletivas [...] começou a manifestar-se, principalmente, a partir do século XVIII, no contexto do Racionalismo Iluminista.”

O termo *documento* foi evoluindo no decorrer do tempo, apresentando o significado de prova e testemunho, dessa forma, começava a apresentar relevância para a história, pois se os acontecimentos não fossem registrados, havia o risco de se perderem no tempo. Os documentos também podem ser considerados Patrimônio Histórico, o que, para Heredia Herrera (1992, p. 113):

[...] poderia passar despercebida a documentação, que também é patrimônio histórico e cultural, e, dentro dela, os arquivos, as bibliotecas e os centros de documentação, que serão diferenciados para sustentar, a partir da diferença, seu desenvolvimento e seu serviço à sociedade.

Memória e história são termos distintos. Para a história nada do que aconteceu pode ser considerado perdido, Halbwachs (2006, p. 79) menciona que “Por história, devemos entender [...] tudo o que faz com que um período se distinga dos outros.” Benjamin (1987, p. 224) aponta “O passado só se deixa fixar [...] no momento em que é reconhecido.” Conforme Nora (1993, p. 14), a memória quando tomada como história:

[...] apoia inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem [...] a memória é vivida no interior, mas ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas.

Sendo assim, a preservação dos documentos e/ou monumentos e de tudo o que eles representam se faz importante, pois são fontes de informações para que os fatos não sejam esquecidos, e, assim, possam perpetuar-se no tempo e oferecer ao cidadão um senso de identidade.

1.1 OS LUGARES E O IMAGINÁRIO RELIGIOSO

Quando pensamos em religião associamos a ideia de grupo definido, com as mesmas crenças e práticas, e/ou, algo sobrenatural, divindade, entre outras coisas. Segundo Durkheim

(2003, p. 24) “As crenças religiosas são representações que exprimem a natureza das coisas sagradas e as relações que elas mantêm [...] os ritos são regras de conduta que prescrevem como o homem deve comportar-se com as coisas sagradas.”

Na busca em superar o paganismo e convencer as massas sobre a eficácia da fé cristã: “[...] a Igreja teve que se flexibilizar e incorporar experiências provindas da religiosidade popular.” (Vauchez, 1989 apud GAETA, 1999, p. 60). Assim, “As devoções construídas popularmente e cristalizadas na memória coletiva, embora parasitárias do mito e da oralidade, possibilitam uma experiência do sagrado.” (GAETA, 1999, p. 72). Dessa forma, com a aceitação das experiências populares foi-se construindo um imaginário religioso, escolhendo personagens que são reconhecidas como “sagradas” pelos seus feitos.

O Santuário Nacional de Aparecida, segundo relatos, tem sua origem por conta da aparição de uma pequena estatueta de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, pescada no rio Paraíba, em 1717⁶. Desde então, no local da pescaria, era comum a presença de devotos e, aos poucos, começaram a surgir histórias de milagres e graças atribuídas à imagem de Maria. O marco inicial da cidade de Aparecida é constituído pela inauguração da Capela Morro dos Coqueiros, no dia 26 de junho de 1745 e abrigou os devotos de Nossa Senhora da Conceição Aparecida durante 138 anos. (RIBEIRO, 1998, p. 25-26).

Com o passar do tempo a capela Morro dos Coqueiros foi-se tornando pequena para abrigar os romeiros, em número cada vez maior. Para resolver o problema, e devido à escassez de recursos, optou-se por aumentar a igreja já existente. Em 24 de junho de 1888, conforme Ribeiro (1998, p. 39) “[...] aconteceu a grandiosa festa da benção da nova igreja. Dom Lino Deodato, bispo de São Paulo, veio especialmente para a celebração da missa solene.” Com isso, houve o reconhecimento da igreja.

Em 28 de novembro de 1893, Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho elevou a Capela a Santuário⁷, hoje denominado Basílica Velha. A Basílica Velha também foi se tornando pequena, devido a isso, o bispo, Dom José Gaspar, e os missionários redentoristas começaram a sonhar com um novo templo, para, assim, poder abrigar os devotos de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, em número cada vez maior. (RIBEIRO, 1998, p. 42-43).

⁶ Por três pescadores: João Alves; Domingos Martins Garcia e Felipe Pedroso.

⁷ “Por Santuário entende-se a igreja ou outro lugar sagrado, nos quais, por algum motivo especial de piedade, os fiéis em grande número, fazem peregrinações, com aprovação do Ordinário (bispo) do lugar.” (ESTATUTO E DIRETRIZES DO CONSELHO DE REITORES DE SANTUÁRIOS DO BRASIL, 1994 apud RIBEIRO, 1998, p. 42).

Em 1928, a cidade de Aparecida do Norte alcança sua emancipação. A nova Basílica⁸ foi inaugurada em 4 de julho de 1980, quando João Paulo II⁹ visitou o Brasil pela primeira vez, “santificando” o novo templo, ainda inacabado. Trata-se do maior santuário mariano do mundo, tanto em área como em público visitante. Em 2012, superou onze milhões de visitantes.

Além do espaço destinado à realização das celebrações litúrgicas, há a Casa das Velas; a Casa do Pão; a Sala das Promessas ou Sala dos Milagres; o Centro de Documentação e Memória; o Museu de Aparecida, entre outros. E também existe uma área destinada ao comércio, composta por várias galerias onde é possível encontrar inúmeras lojas que trabalham com artigos religiosos e artigos em geral (como por exemplo: imagens de santos, terços, livros, bíblias, roupas, CDs, DVDs, canetas, chaveiros, entre outros). Para Montes (1998, p. 64-65) a história da cidade de Aparecida do Norte, a história em torno de Maria e dos milagres atribuídos a Ela, e, ainda, a movimentação do comércio constitui “[...] a imagem tradicional dessa capital da fé católica.”

Esse trabalho estuda o Centro de Documentação e Memória “Pe. Antônio Jorge – CSSR¹⁰”, que iniciou suas atividades no final da década de 1990, por meio da iniciativa da Reitoria e do Oblato Redentorista Prof. Manoel Ignácio de Moraes. O projeto apresentava como objetivo a realização de pesquisas, preservação de documentos e a difusão da devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida. (<http://www.a12.com/santuاريو/cdm/default.asp>).

Levando em conta tudo que foi exposto, esses fatos são maneiras de cristalizar o imaginário religioso, que de acordo com Gaeta (1999, p. 60) “uma coletânea de vidas martirizadas, piedosas, caridosas, em que os milagres, a resignação diante dos sacrifícios foram elementos fundantes para a construção de um paradigma de santificação.”

De certa forma o espaço pode representar a experiência religiosa, que segundo Eliade (2001, p. 59) “A manifestação do sagrado no espaço tem, como consequência, uma valência cosmológica: toda hierofania¹¹ espacial ou toda consagração de um espaço equivalem a uma cosmogonia.”

Como já foi mencionado anteriormente, memória e história são conceitos distintos, conforme Gaeta (1999, p. 73) “O mito torna-se mais verdadeiro na medida em que confere à

⁸ Para construir o novo Santuário pensou-se em três lugares: atrás da Basílica Velha; o morro do Cruzeiro e o morro das Pitãs. Tendo em vista a localização e a extensão do terreno favorável, optou-se pelo morro das Pitãs.

⁹ Foi papa, líder mundial da Igreja Católica e soberano da cidade do Vaticano, no período de 16 de outubro de 1978 até 2 de Abril de 2005, data de seu falecimento.

¹⁰ CSSR: Congregação do Santíssimo Redentor.

¹¹ O ato de manifestação do sagrado.

história um sentido mais profundo e mais rico. As diferentes versões, os equívocos, fazem parte das tramas biográficas populares e, desta forma, a sua história nunca se esgota.”

Para complementar “o acontecimento histórico em si só perdura na memória popular se a sua recordação inspira a imaginação poética na medida em que esse acontecimento histórico se aproxima de um modelo mítico.” (ELIADE, 1987, p. 124 apud GAETA, 1999, p. 73).

Dessa forma, podemos dizer que os lugares, como o Santuário Nacional de Aparecida e o Centro de Documentação e Memória, e, o ícone de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, remetem as experiências religiosas e constituem um imaginário religioso.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Buscou-se através de um breve levantamento bibliográfico definir os conceitos de Memória (elementos constitutivos da memória; lugares da memória); Patrimônio (arquivo; documento); História. Realizou-se uma sucinta apresentação do Santuário Nacional de Aparecida e do Centro de Documentação e Memória. A coleta de dados foi realizada através do site do Santuário Nacional de Aparecida¹² e a análise dos dados coletados foi realizada com base na pesquisa bibliográfica. Como mencionamos anteriormente, o universo de pesquisa foi constituído pelo Centro de Documentação e Memória “Pe. Antônio Jorge – CSSR”, localizado na cidade de Aparecida do Norte, estado de São Paulo. Procurou-se entender como as instituições, os lugares, os documentos e os ícones contribuem para o conhecimento da memória, que quando institucionalizados podem ser considerados a principal fonte de informação.

3 RESULTADOS

O Centro de Documentação e Memória “Pe. Antônio Jorge - CSSR”, como mencionado anteriormente, teve seu início na década de 90, e, apresenta como finalidade a realização de pesquisas, preservação de documentos e a disseminação da devoção à Nossa Senhora da Conceição Aparecida, dessa forma, contribuindo para a preservação da memória.

O Centro ainda responsabiliza-se pela sistematização de arquivos e documentos do Santuário, oferecendo visibilidade administrativa e assegurando o acesso à informação e a memória.

¹² Site oficial: <<http://www.a12.com/>>

Os documentos chegam ao Centro de Documentação e Memória por meio de doações ou recolhimentos. Quando recebidos, passam por um tratamento especial, são higienizados, catalogados e acondicionados, para que possam ser preservados por mais tempo.

No que diz respeito ao acervo, no ano 2002, foram contratados técnicos especializados e o acervo começou a crescer. É organizado e dividido por Fundos, Grupos, Subgrupos e Série, e, conta, aproximadamente, com mais de 20 mil imagens, slides, filmes, negativos (vidro e acetato) e fotos, e documentos textuais, desde a vinda dos primeiros padres redentoristas ao Brasil até os dias atuais.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As instituições, lugares, documentos e ícones são pontos de referência para a memória e quando institucionalizados apresentam relevância para a história, oferecendo informações que podem ser/são utilizadas para fins de pesquisa e referência. Sendo assim, no caso desse trabalho, o Centro de Documentação e Memória, que conta com documentos referentes à história do Santuário e também à devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida, preocupa-se com o acesso/preservação da informação e da memória. Contribuindo, assim, para a construção do imaginário religioso, considerando formas simbólicas e culturais de oferecer um senso de identidade e um senso histórico para o grupo. Desse modo, orientando os rituais e configurando a memória, selecionando os aspectos a serem lembrados e cultuados, por meio da escolha de determinados elementos e ideias, simbolizando determinada crença, que oferece uma visão de mundo e valores específicos a serem seguidos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil), *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, n. 51).

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 222-232.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GAETA, Maria Aparecida J. V. “Santos” que não são santos: estudos sobre a religiosidade popular brasileira. *Mimesis*. Bauru, v. 20, n. 1, p. 57-76, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p.

HEREDIA HERRERA, Antonia. Arquivos, documentos e informação. In. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 113-120.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1994. 553 p.

MONTES, Maria Lucia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil*, vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez/1993.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RIBEIRO, Fernando. Arquivo – memória- história: algumas notas para reflexão. *População e sociedade*. Porto, nº 9, p. 19-21, 2002. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20306/2/revpopsoc92002fribeiro000084784.pdf>>

RIBEIRO, Zilda Augusta. *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida e de seus escolhidos*. Aparecida: Editora Santuário, 1998.

SANTUÁRIO NACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA. Site oficial. Disponível em: <<http://www.a12.com>>.